

# A Formação Policial Militar No Amazonas: O Papel Da Instrutoria Institucional Na Polícia Militar Do Amazonas

André Marques Araújo; Estevão Barbosa Da Silva;  
Tassio Da Silva Siqueira Lobo; Marcus Vinicius De Castro Soares;  
Adilson Batista De Araujo; Hytalo Bruno Cardoso Gonçalves;  
Andrea Lanza Cordeiro De Souza;

(Aluno Do Curso De Aperfeiçoamento De Oficiais Da Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil))1

(Aluno Do Curso De Aperfeiçoamento De Oficiais Da Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil))2

(Aluno Do Curso De Aperfeiçoamento De Oficiais Da Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil))3

(Aluno Do Curso De Aperfeiçoamento De Oficiais Da Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil))4

(Aluno Do Curso De Aperfeiçoamento De Oficiais Da Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil))5

(Aluno Do Curso De Aperfeiçoamento De Oficiais Da Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil))6

(Professora Adjunta Da Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil))7

---

## Resumo:

Este artigo analisa o papel da instrutoria institucional na formação técnico-profissional da Polícia Militar do Amazonas (PMAM), enfocando a estrutura descentralizada e os desafios metodológicos enfrentados. A partir de uma revisão documental e teórica, relaciona-se o contexto da formação policial no Brasil com as diretrizes nacionais e estaduais, destacando a importância da capacitação pedagógica dos instrutores e a necessidade de padronização curricular. Os resultados indicam que a fragmentação entre diferentes núcleos formativos e a ausência de uma matriz curricular integrada impactam a eficácia da formação, comprometendo a articulação entre formação inicial e capacitação continuada. Conclui-se que o fortalecimento da atuação dos instrutores e a implementação de políticas públicas educacionais integradas são essenciais para o aprimoramento da formação policial no Amazonas, contribuindo para a melhoria da segurança pública e da relação entre polícia e sociedade

**Palavras-chave:** Formação policial; Polícia Militar do Amazonas; Instrutores; Capacitação; Segurança pública;

---

Date of Submission: 17-08-2025

Date of Acceptance: 27-08-2025

---

## I. Introdução

A formação técnico-profissional do policial militar é uma das bases sobre as quais se estrutura a atuação das corporações de segurança pública no Brasil. Esse processo formativo envolve uma série de etapas, desde o ingresso nas instituições até os programas de capacitação continuada, sendo influenciado por diretrizes federais, estaduais e institucionais. No Estado do Amazonas, a realidade geográfica, social e operacional da Polícia Militar impõe desafios específicos à formação do efetivo, tornando essencial a compreensão dos mecanismos que sustentam essa preparação profissional.

Nesse contexto, destaca-se o papel da instrutoria institucional, entendida como o conjunto de atividades desempenhadas por profissionais encarregados de ministrar o conteúdo técnico-operacional, doutrinário e ético da profissão policial. A atuação do instrutor militar, embora frequentemente orientada por sua experiência prática, é regulamentada por normativas internas e nacionais que delimitam objetivos, metodologias e competências desejadas. Diante da descentralização da estrutura de ensino na Polícia Militar do Amazonas — com múltiplos núcleos, parcerias institucionais e diferentes modelos pedagógicos —, torna-se relevante descrever o lugar da instrutoria nesse arranjo, sobretudo à luz das diretrizes da Diretoria de Capacitação e Treinamento (DCT) da corporação. Para tanto, questiona-se: qual o papel da instrutoria no processo de formação do policial militar?

Diante disso, este artigo tem como objetivo geral analisar o papel da instrutoria institucional na formação policial militar do Amazonas, considerando as diretrizes da Diretoria de Capacitação e Treinamento da PMAM e os referenciais normativos federais. Pretende-se então, descrever a estrutura formativa da PMAM e suas características descentralizadas; identificar os desafios enfrentados na padronização metodológica dos processos formativos; e analisar a atuação do instrutor frente a esse modelo institucional híbrido, ressaltando suas competências pedagógicas e estratégias de integração.

A metodologia adotada foi de natureza qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, fundamentada na análise documental de fontes institucionais e normativas. O estudo restringe-se ao exame de diretrizes da Diretoria de Capacitação e Treinamento da PMAM, planos de ensino, portarias internas e documentos oficiais da esfera federal, como a Matriz Curricular Nacional para a Formação das Forças de Segurança. A sistematização dessas fontes visa identificar o papel atribuído à instrutoria no processo formativo, permitindo traçar um panorama institucional da função docente na formação policial militar no Amazonas.

Este trabalho está dimensionado da seguinte forma: no primeiro tópico, serão identificados os principais documentos normativos da DCT e da esfera federal que regulamentam a formação e a capacitação dos policiais militares, tendo como os subtópicos: A formação na Polícia Militar do Amazonas: estrutura institucional e desafios; A Matriz Curricular Nacional para as Forças de Segurança Pública (MEC/SENASP) e a influência da Reforma Curricular da SENASP nas diretrizes nacionais em políticas estaduais. No segundo tópico, será descrito as formas e organização da instrutoria de processo de ensino na Polícia Militar do Amazonas. Foi observado os desafios e possibilidades da integração entre os diferentes segmentos envolvidos na formação policial.

## **II. Revisão Da Literatura**

### **A Formação do Policial no Brasil**

A formação técnico-profissional dos agentes de segurança pública, especialmente dos policiais militares, configura-se como um processo contínuo e complexo de aquisição de conhecimentos, habilidades e valores necessários para uma atuação ética, eficaz e legal diante dos desafios da ordem pública. Essa formação transcende a mera instrução operacional, sendo um mecanismo fundamental para o desenvolvimento institucional e individual dos policiais. Conforme Muniz (2001), a formação envolve dimensões cognitivas, simbólicas e práticas que moldam não apenas o comportamento do agente, mas também sua identidade profissional, abrangendo aspectos éticos, comunicacionais, emocionais e de controle da força, integrando múltiplos saberes à complexa realidade da atividade policial. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, reforça essa necessidade ao atribuir às Polícias Militares a responsabilidade pelo policiamento ostensivo, o que demanda preparo compatível com os princípios democráticos do Estado de Direito. Nesse contexto, a formação dos profissionais de segurança pública é uma atribuição estatal direta, que exige a provisão dos meios legais, pedagógicos e institucionais para qualificar adequadamente o exercício policial. O artigo 144 da Constituição não apenas determina a segurança pública como dever do Estado e direito de todos, mas estabelece a necessidade de políticas formativas coerentes com os princípios da legalidade, proteção dos direitos humanos e uso proporcional da força. As Leis Orgânicas estaduais das Polícias Militares complementam esse marco regulatório, disciplinando questões relativas à carreira, ingresso, formação e aperfeiçoamento dos policiais.

Silva (2014) destaca que o sistema formativo policial deve ser compreendido como uma política pública que articula segurança, educação e cidadania, impondo ao Estado a responsabilidade não apenas pela organização de concursos e cursos, mas sobretudo pela garantia de que tais iniciativas cumpram uma função pedagógica transformadora e alinhada aos desafios contemporâneos da segurança pública.

### **A formação na Polícia Militar do Amazonas: estrutura institucional e desafios**

A estrutura formativa da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) é caracterizada por uma configuração descentralizada, em que diferentes unidades e instituições compartilham a responsabilidade pela capacitação dos policiais militares. Além da Diretoria de Capacitação e Treinamento (DCT), responsável pela coordenação da maioria dos processos internos, o ensino básico inicial também envolve instituições externas, como o Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública (IESP) e a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), cada qual com suas metodologias, cronogramas e objetivos específicos. Essa diversidade de atores possibilita a incorporação de múltiplas perspectivas educacionais e adaptações às demandas regionais, porém, impõe uma complexidade organizacional significativa. Conforme normativas internas da PMAM (DCT, 2023), essa descentralização busca flexibilizar o processo formativo, mas exige um esforço institucional contínuo para harmonizar ações e assegurar a qualidade do ensino em todas as etapas da carreira policial. Contudo, apesar dos potenciais benefícios, a coexistência desses múltiplos núcleos formativos tem ocasionado uma fragmentação da formação, dificultando a articulação entre a capacitação inicial e os processos de aperfeiçoamento continuado. Essa fragmentação manifesta-se em variações curriculares, discrepâncias na carga horária, diferenças nos recursos pedagógicos e diversidade na qualificação dos instrutores.

Documentos institucionais e relatórios internos apontam para a ausência de um sistema unificado de avaliação e monitoramento, comprometendo a visibilidade dos resultados educacionais e a efetividade do processo formativo como um todo. De acordo com a análise dos Planos de Ensino da DCT (2022), essa desarticulação fragiliza a integração entre as etapas formativas e pode gerar lacunas no desenvolvimento das competências profissionais necessárias para uma atuação eficiente e alinhada com as diretrizes nacionais de segurança pública.

### **A Matriz Curricular Nacional para as Forças de Segurança Pública (MEC/SENASP) e a capacitação continuada**

Com o objetivo de padronizar e qualificar a formação policial no Brasil, o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), instituiu a Matriz Curricular Nacional (2020) para as Forças de Segurança Pública, atualmente em sua terceira edição. Esse documento normativo estabelece princípios pedagógicos, conteúdos mínimos, metodologias e competências esperadas para a formação dos profissionais de segurança em todo o território nacional, servindo como referencial para academias e centros de formação estaduais. A Matriz Curricular adota uma abordagem por competências e destaca eixos transversais como direitos humanos, cidadania, ética e valorização da vida, reconhecendo o policial como agente público educador em constante diálogo com a sociedade.

Conforme, a SENASP (2020), a Matriz busca “consolidar um modelo de formação comprometido com a legalidade, a justiça social e a efetividade na proteção das pessoas”, visando superar práticas autoritárias e enfoques puramente técnicos. Embora sua aplicação não seja obrigatória, o documento é fortemente incentivado como norteador para políticas formativas mais integradas, modernas e democráticas. Nesse contexto, a formação policial é usualmente dividida em duas etapas principais: formação inicial e capacitação continuada. A formação inicial abrange os cursos de ingresso na carreira, como os de praças e oficiais, nos quais são ministrados os fundamentos técnicos, legais e operacionais da profissão. Por sua vez, a capacitação continuada corresponde aos cursos de aperfeiçoamento e especialização realizados ao longo da carreira, permitindo a atualização constante dos conhecimentos e o desenvolvimento de novas habilidades para acompanhar as transformações sociais, tecnológicas e institucionais.

Carvalho e Ribeiro (2019) ressaltam que a formação inicial tende a ser mais normatizada e padronizada, enquanto a continuada enfrenta desafios maiores em termos de regularidade, articulação e aderência às necessidades operacionais cotidianas. A falta de políticas integradas entre esses momentos formativos pode acarretar lacunas no processo educacional, comprometendo tanto a atualização profissional quanto a consolidação de uma cultura institucional robusta. Por isso, a Matriz Curricular Nacional enfatiza que a formação deve ser concebida como um ciclo permanente de aprendizagem, e não como um evento isolado.

### **A influência da Reforma Curricular da SENASP e das diretrizes nacionais em políticas estaduais**

A criação da Matriz Curricular Nacional e as reformas pedagógicas impulsionadas pela SENASP refletem um esforço federal de indução normativa sobre os estados, especialmente no que diz respeito à superação de um modelo puramente técnico-operacional em favor de uma abordagem formativa mais ampla e cidadã. A influência dessas diretrizes nas políticas estaduais de formação é perceptível, ainda que com variações significativas conforme o contexto político e institucional de cada unidade da federação. Estados como São Paulo, Bahia e Ceará já desenvolveram academias próprias alinhadas à Matriz, enquanto outros, como o Amazonas, mantêm estruturas mais fragmentadas, com múltiplos atores (IESP, UEA, PMAM) operando de forma descentralizada.

Apesar disso, a existência de diretrizes nacionais oferece um referencial para análise crítica e comparativa dos sistemas estaduais, sendo fundamental para compreender as tensões e potencialidades do ensino policial no país.

### **O papel do instrutor/formador no ensino policial e sua influência na cultura institucional**

O papel do instrutor ou formador no contexto da formação policial vai além da mera transmissão de conhecimento baseado na experiência prática adquirida durante a atuação profissional. Embora a vivência operacional seja fundamental para garantir a pertinência dos conteúdos, o formador deve exercer também uma função pedagógica que envolve planejamento, comunicação, avaliação e adaptação metodológica, promovendo aprendizagens efetivas e contextualizadas. Essa distinção é crucial para que a instrução não se limite a uma repetição mecânica de procedimentos, mas que incentive o aprofundamento reflexivo e crítico, fomentando a construção de competências complexas.

Conforme a Diretoria de Capacitação e Treinamento da Polícia Militar do Amazonas (DCT-PMAM, 2023), o instrutor deve possuir habilidades didáticas que transformem o conhecimento técnico em processos educacionais significativos, atuando como mediador entre o saber formal e as demandas da prática cotidiana do policial militar. Além disso, o instrutor é um agente ativo na construção e reprodução da cultura organizacional da corporação, sendo vetor de valores, normas e práticas que moldam a identidade profissional dos policiais em formação. De acordo com Muniz (2001), a socialização dentro das instituições militares ocorre principalmente no ambiente formativo, onde o formador tem papel crucial na legitimação das tradições e no alinhamento dos novos integrantes aos paradigmas institucionais vigentes. Assim, o instrutor não é apenas um técnico do saber, mas um educador que influencia diretamente a internalização das normas e da doutrina institucional, assumindo uma responsabilidade ética e política, pois sua atuação pode tanto preservar quanto transformar os modelos institucionais, incluindo a possibilidade de resistência às mudanças

### **A transição formativa e a capacitação pedagógica dos instrutores**

Historicamente, o ensino policial esteve centrado em um modelo técnico-operacional, baseado na transmissão de técnicas e procedimentos voltados para o controle social e a repressão. No entanto, nas últimas décadas, observou-se uma crescente demanda por uma formação que incorpore elementos reflexivos, éticos e democráticos, alinhando-se aos princípios do Estado de Direito e à complexidade das relações sociais.

Kuhn (1978) explica que mudanças paradigmáticas como essa envolvem a substituição de um conjunto de crenças e práticas por outro, o que requer dos instrutores a capacidade de se adaptar a novos papéis e abordagens pedagógicas. Essa transição pressupõe a valorização do instrutor como educador crítico, capaz de fomentar o pensamento autônomo, o diálogo e a reflexão sobre o papel social do policial. Para tanto, a capacitação pedagógica torna-se imprescindível para qualificar os formadores frente a essa nova realidade.

Conforme preconiza a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP, 2020) e reforçam os documentos da Diretoria de Capacitação e Treinamento da Polícia Militar do Amazonas (DCT-PMAM, 2023), não basta que o instrutor detenha conhecimento técnico e experiência prática; é necessário que ele seja preparado para utilizar metodologias ativas, avaliar processos de aprendizagem e adaptar conteúdos às necessidades do público-alvo.

O desenvolvimento dessas competências pedagógicas contribui para a humanização do ensino e a construção de ambientes formativos mais inclusivos e eficazes. Entretanto, pesquisas indicam que muitos instrutores ainda carecem de formação pedagógica formal, o que pode limitar a qualidade da instrução e perpetuar práticas didáticas tradicionais e autoritárias (SILVA; ANDRADE, 2021).

Por isso, investir na capacitação pedagógica dos instrutores representa uma estratégia essencial para o avanço dos modelos formativos policiais contemporâneos.

### **Desafios em corporações com múltiplos núcleos formadores**

A existência de múltiplos núcleos responsáveis pela formação policial, característica comum em muitas corporações estaduais como a Polícia Militar do Amazonas, impõe desafios significativos para a padronização e a coerência pedagógica do processo formativo. Essa descentralização pode favorecer a autonomia local e a adaptação às especificidades regionais, mas também pode gerar fragmentação curricular, discrepâncias metodológicas e dificuldades na avaliação e no acompanhamento da qualidade do ensino. Segundo a análise dos documentos institucionais da PMAM (DCT, 2023), esses núcleos frequentemente possuem diferentes níveis de capacitação dos instrutores, recursos didáticos e alinhamento com as diretrizes nacionais, o que compromete a integração entre formação inicial e capacitação continuada.

Nesse contexto, a função do instrutor torna-se ainda mais complexa, exigindo habilidades para atuar em ambientes diversos e a necessidade de estratégias institucionais que promovam a articulação entre os diversos atores formativos.

### **O desafio da padronização metodológica e atuação do instrutor dentro desse modelo híbrido e fragmentado**

Um dos principais desafios enfrentados pela Polícia Militar do Amazonas (PMAM) reside na padronização metodológica dos processos formativos, dado o envolvimento de diversas instituições e unidades com metodologias, conteúdos e critérios avaliativos distintos. A necessidade de uniformizar esses elementos esbarra em particularidades regionais, limitações orçamentárias e na diversidade dos perfis dos instrutores, o que dificulta a criação de um modelo homogêneo.

Contudo, conforme as normativas internas da Diretoria de Capacitação e Treinamento (DCT), a adoção de um modelo formativo padronizado não significa homogeneização absoluta, mas a construção de um referencial comum que permita flexibilidade contextualizada, assegurando qualidade e coerência educacional. Essa iniciativa é fundamental para promover a integração entre a formação inicial e a capacitação continuada, consolidando um percurso formativo mais consistente e efetivo para os policiais militares do Amazonas. Nesse contexto híbrido e institucionalmente fragmentado, o papel do instrutor torna-se especialmente desafiador, pois exige não apenas competência técnica e pedagógica, mas também habilidade para transitar entre diferentes modelos e instituições formativas. O instrutor precisa compreender as especificidades dos diversos núcleos e adaptar sua prática para garantir a continuidade do aprendizado e o alinhamento com as diretrizes gerais da corporação. Relatórios institucionais da PMAM (DCT, 2023) destacam que essa flexibilidade e capacidade de articulação são essenciais para superar as barreiras impostas pela fragmentação e fortalecer a integração do processo formativo.

Dessa forma, a atuação do instrutor assume um papel estratégico na promoção da coesão institucional e na garantia da qualidade do ensino policial militar, mesmo diante das complexidades organizacionais próprias do contexto amazônico.

### **Desafios encontrados na Formação Policial Militar na Amazônia Legal**

A formação policial militar no Brasil, historicamente ancorada em modelos técnicos e adestradores, tem sido objeto de críticas por parte de estudiosos que defendem a necessidade de uma formação cidadã, ética e

reflexiva, em consonância com os princípios do Estado Democrático de Direito. No contexto da Polícia Militar do Amazonas (PMAM), essa crítica se acentua diante de um cenário institucional complexo, caracterizado pela descentralização da capacitação profissional entre diversas entidades internas e externas, como a Diretoria de Capacitação e Treinamento (DCT), o Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública (IESP) e a Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Esse arranjo múltiplo, embora traga potencial para um ensino plural e contextualizado, gera, na prática, fragmentação curricular, descontinuidade metodológica e desigualdade na qualificação dos instrutores. Diante disso, torna-se necessário investigar de que maneira esse modelo descentralizado afeta o papel do instrutor policial militar na PMAM, especialmente no que se refere à sua capacidade de promover uma formação alinhada com os novos paradigmas educacionais.

Ao assumir como objetivo central a análise da atuação dos instrutores no interior desse sistema formativo híbrido e fragmentado, o presente trabalho propõe uma abordagem crítica que parte da descrição da estrutura organizacional da formação na PMAM para, em seguida, identificar os principais entraves à padronização metodológica e à valorização pedagógica do quadro docente.

Para tanto, além do levantamento documental e normativo, são mobilizadas referências teóricas de autores como Foucault, Roberto Kant de Lima, Thomas Kuhn e Paulo Freire, que contribuem para a compreensão das dinâmicas de poder, das rupturas paradigmáticas e da educação como prática emancipadora. A partir desses aportes, busca-se responder aos objetivos específicos do estudo: identificar os núcleos formativos e seus métodos; apontar os desafios enfrentados pelos instrutores; analisar criticamente a formação tradicional policial; e indicar caminhos para uma possível reestruturação pedagógica da formação. O foco recai, portanto, na figura do instrutor — não apenas como transmissor de técnicas, mas como mediador de processos críticos de aprendizagem, cuja capacitação e valorização são cruciais para a transformação institucional da PMAM.

Desse modo, os resultados esperados não se limitam à descrição de falhas ou inconsistências do modelo vigente, mas visam oferecer uma contribuição reflexiva e propositiva para o aperfeiçoamento da formação policial no Amazonas. Ao destacar o papel estratégico do instrutor diante das exigências contemporâneas da segurança pública, pretende-se fortalecer a ideia de que a qualificação pedagógica, o domínio de metodologias ativas e a capacidade de articulação entre teoria e prática não são elementos acessórios, mas sim estruturantes de uma formação policial condizente com os direitos humanos e a mediação de conflitos. A valorização do educador policial — compreendido como agente de transformação — deve ser acompanhada de políticas institucionais de formação continuada, padronização metodológica com flexibilidade contextual e incentivo à pesquisa e à inovação pedagógica no interior da corporação. Dessa forma, a monografia se propõe a contribuir com o debate sobre os rumos da formação na PMAM, apontando caminhos possíveis para uma educação policial comprometida com a democracia, a cidadania e o desenvolvimento humano.

Diante do exposto, é possível afirmar que o modelo de formação atualmente empregado pela Polícia Militar do Amazonas revela tensões estruturais entre a tradição técnico-disciplinadora e as demandas contemporâneas por uma educação policial reflexiva e cidadã. A descentralização institucional, embora traga possibilidades de pluralidade metodológica, carece de mecanismos efetivos de articulação curricular, avaliação integrada e valorização docente, o que compromete a coerência formativa ao longo da carreira policial.

A figura do instrutor, nesse contexto, emerge como elo frágil, mas também estratégico: sua atuação é tensionada por exigências pedagógicas complexas e por uma estrutura que nem sempre reconhece ou apoia adequadamente seu papel formador. Essa constatação reforça a urgência de repensar o percurso formativo na PMAM à luz de referenciais que valorizem o pensamento crítico, a construção coletiva do saber e a centralidade da educação na transformação institucional. A seguir, nas considerações finais, serão apresentadas as principais respostas ao problema proposto, à luz dos objetivos delineados, bem como sugestões para avanços estruturais na formação policial militar no Amazonas.

### **III. Metodologia**

A abordagem metodológica adotada neste estudo foi de natureza qualitativa, com ênfase exploratória e descritiva. Optou-se por essa abordagem por se tratar de uma investigação voltada à compreensão e exposição de aspectos institucionais e normativos relacionados à atuação da instrutoria policial, sem a pretensão de mensurar impactos ou realizar avaliações empíricas. A pesquisa não envolve coleta de dados em campo nem entrevistas com agentes ou gestores, restringindo-se à análise de documentos oficiais, legislações, diretrizes internas e referenciais normativos que estruturam o processo de formação técnico-profissional no âmbito da Polícia Militar do Amazonas.

Os dados foram obtidos por meio da análise documental de fontes primárias, como planos de ensino, portarias, normativas da Diretoria de Capacitação e Treinamento (DCT) da PMAM e diretrizes do Ministério da Justiça e Segurança Pública, incluindo a Matriz Curricular Nacional para a Formação das Forças de Segurança. Essas fontes foram sistematizadas com o objetivo de identificar padrões, atribuições e fundamentos legais que orientam a atuação dos instrutores na corporação. A sistematização dos achados permitiu apresentar um panorama

institucional da função docente no ensino policial militar do Amazonas, contribuindo para futuras discussões sobre estruturação e fortalecimento da formação profissional na área de segurança pública..

#### **IV. Resultados**

A investigação evidenciou que a formação policial militar na PMAM apresenta avanços institucionais importantes, especialmente no que diz respeito à ampliação dos espaços formativos e à diversificação dos conteúdos oferecidos. A atuação da Diretoria de Capacitação e Treinamento (DCT), em articulação com instituições como o IESP e a UEA, consolidou uma estrutura descentralizada que permite maior capilaridade do ensino e potencializa a inserção de múltiplas abordagens metodológicas. Contudo, esse mesmo modelo revelou lacunas na uniformização de práticas pedagógicas e ausência de um eixo estruturante comum que assegure coerência formativa em todas as fases da carreira. A pesquisa apontou ainda que o arcabouço documental da corporação, embora atualizado em diversos aspectos, não garante por si só a efetividade dos processos formativos se não houver um esforço contínuo de qualificação dos instrutores e de acompanhamento sistemático dos resultados educacionais.

Outro achado relevante diz respeito ao papel estratégico do instrutor nesse ecossistema formativo fragmentado. A pesquisa confirmou que, embora a maior parte dos instrutores possua sólida experiência técnica e operacional, ainda é limitada a formação pedagógica formal desses profissionais, o que impacta diretamente na qualidade da mediação didática e no estímulo à formação reflexiva. A escuta de documentos internos e referenciais teóricos demonstrou que, sem a valorização do instrutor como educador — e não apenas como transmissor de conteúdo —, é pouco provável que se promova uma formação comprometida com os princípios do Estado Democrático de Direito. A ausência de políticas claras de capacitação continuada para os instrutores e a escassez de instrumentos avaliativos comuns entre os diferentes núcleos formativos dificultam a consolidação de um projeto educacional consistente, voltado para a construção de competências críticas, técnicas e éticas no policial militar.

Por fim, constatou-se que a ausência de integração entre os ciclos formativos — básico, intermediário e avançado — enfraquece a lógica de progressão profissional e compromete a eficácia do processo de ensino-aprendizagem ao longo da carreira. A inexistência de um sistema unificado de avaliação, aliado à fragmentação institucional e à carência de dados sistematizados sobre os efeitos da formação, evidencia a necessidade urgente de investimentos em planejamento pedagógico, gestão da informação e inovação metodológica. Os resultados da pesquisa convergem para a urgência de uma reconfiguração do modelo formativo da PMAM, que considere as especificidades regionais da Amazônia, mas que, ao mesmo tempo, se alinhe às diretrizes nacionais de segurança pública e à formação cidadã exigida pela atualidade. Assim, os dados levantados subsidiam não apenas um diagnóstico, mas uma agenda de reformulações possíveis e desejáveis para a formação policial militar no Amazonas.

#### **V. Considerações Finais**

A análise crítica da formação técnico-profissional na Polícia Militar do Amazonas evidencia um panorama complexo, marcado pela descentralização institucional, pela fragmentação pedagógica e pela multiplicidade de agentes formadores. A partir da revisão teórica e do estudo documental, foi possível constatar que, embora existam esforços contínuos da PMAM para modernizar e ampliar seus processos formativos — como atesta a atuação da Diretoria de Capacitação e Treinamento em parceria com a UEA e o IESP — ainda persistem desafios estruturais e metodológicos que dificultam a consolidação de um modelo de formação coeso, atualizado e alinhado com os princípios de um Estado Democrático de Direito.

A ausência de uma matriz curricular unificada e de mecanismos sistemáticos de avaliação impacta diretamente na efetividade do ensino e na consolidação das competências profissionais esperadas dos policiais militares. Além disso, a atuação do instrutor, embora estratégica e indispensável, acaba sendo tensionada pela necessidade de transitar entre múltiplos referenciais pedagógicos, estruturas logísticas díspares e diferentes níveis de preparação dos próprios corpos docentes. Essa realidade reforça a hipótese inicial de que a formação oferecida carece de maior integração, padronização mínima e valorização institucional do papel do instrutor, o que compromete o desenvolvimento pleno de um efetivo preparado para lidar com as complexidades sociais do contexto amazônico.

Dessa forma, conclui-se que os objetivos traçados neste estudo foram alcançados, uma vez que foi possível mapear os principais obstáculos e lacunas da formação policial na PMAM, bem como refletir criticamente sobre a função dos instrutores nesse processo. Reitera-se a importância de políticas públicas voltadas à reestruturação pedagógica da formação, com maior investimento em planejamento curricular, capacitação de instrutores e articulação interinstitucional. Espera-se que este trabalho contribua para futuras discussões acadêmicas e institucionais que visem à melhoria da qualidade da formação policial e à valorização do profissional de segurança pública no Amazonas.

### **Referências Bibliográficas**

- [1]. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- [2]. Brasil. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Ministério da justiça e segurança pública. Matriz curricular nacional para a formação das forças de segurança pública. 3. Ed. Brasília: SENASP/MJSP, 2020.
- [3]. Carvalho, Sheila I. de; Ribeiro, Daniel V. Formação policial e educação continuada. Revista brasileira de segurança pública, v. 13, n. 1, 2019.
- [4]. Kuhn, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. 2. Ed. São paulo: perspectiva, 1978.
- [5]. Muniz, Jacqueline. Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser. Tese de doutorado, ufrj, 2001.
- [6]. Silva, José Vicente T. da; Andrade, Sílvia R. Ensino policial e resistências institucionais à mudança. Revista brasileira de ciências policiais, v. 12, n. 2, 2021.
- [7]. Silva, Túlio Kahn da. Segurança pública como política pública. São paulo: fundação seade, 2014.
- [8]. Polícia Militar do Amazonas. Diretoria de Capacitação e Treinamento. Planos e normativas. Manaus, 2022–2023.